



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 002 4/12	DATA: 15/02/2012
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h10min	DURAÇÃO: 01h32min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h32min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apresentação de relatórios sobre temas em análise no Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

OBSERVAÇÕES
Há expressões ininteligíveis. Há intervenções ininteligíveis. Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados e o Secretário-Executivo do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, Dr. Luiz Henrique Cascelli, Consultor-Geral e Diretor da nossa Consultoria Legislativa.

É com muito prazer que iniciamos os nossos trabalhos, nesta primeira reunião da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, como os senhores sabem, atua prospectando temas de grande relevância para o País, oferecendo estudos de qualidade superior, que já se tornaram referência para pesquisadores e pautaram importantes decisões do Poder Executivo.

Com muito orgulho, informo aos presentes no recinto que nova prova dessa nossa capacidade de incitar ideias foi demonstrada por ação do Governo, neste início de ano, através da formulação de decreto presidencial que criou o Conselho Nacional de Política Mineral — CNPM, para elaborar um novo código de mineração.

Em sua explanação, a Presidente Dilma Rousseff discorreu sobre a adoção de alguns mecanismos investigados profundamente e sugeridos pelo nosso Conselho, como a exigência de licitação para a escolha da empresa que fará pesquisas em área com potencial de exploração de recursos minerais.

Igualmente importante foi a aceitação de outra recomendação do nosso órgão, referente à participação especial, de cobrança de uma nova alíquota que incidirá sobre o faturamento bruto das jazidas com alta produtividade. Esse instrumento poderá duplicar a arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, beneficiando primeiramente os Municípios, que ficam com 65% dos recursos, cabendo aos Estados 23% e, à União, 12% do montante obtido.

As soluções apontadas acima representam disposições contidas no Projeto de Lei nº 463, de 2011, proposto por este colegiado e incluído no *Caderno de Altos Estudos nº 8 — Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal*, lançado no dia 8 de junho de 2008.

Antes de dar início aos trabalhos, comunico aos presentes que esta sala será utilizada, a partir das 16 horas, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.



Portanto, deveremos ser breves para terminarmos os trabalhos antes do horário requisitado pelo PT.

Apreciaremos, neste momento, o Requerimento nº 1, de 2012, de autoria da Sra. Deputada Teresa Surita, que *“requer a inclusão do tema ‘Minerais Estratégicos e Terras Raras’ na pauta de trabalho do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica”*.

Esta matéria suscita o interesse de todo o mundo hoje. A China detém 97% desses minerais de terras raras e, portanto, hoje tem o domínio do mercado mundial desse produto. Está cobrando um preço dez vezes mais alto do que cobrava anteriormente, depois que praticamente assumiu o monopólio dessas terras raras.

O Brasil possui terras raras já descobertas, mas há muitas outras a serem descobertas. Normalmente, essas terras raras são levadas escondidas da Amazônia, na forma de contrabando. Por isso, esse trabalho da Deputada Teresa Surita vai ser importantíssimo, para que o Conselho mais uma vez possa dar uma contribuição efetiva e eficiente para a solução dos problemas que afligem o povo brasileiro e o nosso País.

Deputada Teresa, a sua responsabilidade é muito grande, mas não lhe faltará apoio para fazer um bom texto e mostrar a potencialidade deste País. Ao mesmo tempo, há necessidade imediata de exploração dessas terras raras, para que o Brasil possa usufruir dos benefícios ensejados por essa exploração.

Quero inicialmente passar a palavra ao Deputado Newton Lima, que tem uma comunicação importante a fazer. Em seguida concederei a palavra a V.Exa., para fazer a sua explanação.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Que bom revê-lo, novamente no convívio dos colegas que participam deste Conselho de Altos Estudos.

Eu pedi a palavra preliminarmente para lhe dizer que, por minha iniciativa, começo a colher, neste momento, a assinatura dos meus colegas Parlamentares para a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional. Tem sido hoje um problema muito grave o tema das importações crescentes de produtos de várias cadeias produtivas, notadamente chineses — nós sabemos disso —, que



trazem grande possibilidade de quebra de algumas empresas nacionais e de desemprego.

De outra parte, na pauta de exportações, nós sabemos — o Deputado Inocêncio tem falado sobre isso —, pesam muito as *commodities*. Elas têm sido cada vez mais fundamentais, mas o produto manufaturado não vem perdendo peso na nossa balança comercial externa. Então, nós precisamos tomar um conjunto de medidas. Não basta a desoneração — como vimos ser aprovada recentemente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal —, no caso dos *tablets* e de toda a linha de informática. Também não basta a desoneração dos produtos da linha branca, como instrumento importante (*ininteligível*).

Como este é o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, sabemos que a nossa competitividade, e não só o protecionismo, é que vai nos fazer dar o salto de qualidade. Para isso, é fundamental a agregação de valores. Para isso, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional vai procurar dinamizar ainda mais a discussão desse tema aqui na Casa. E tenho certeza de que o nosso Conselho tem um papel fundamental na participação desses debates.

Eu quero tomar a liberdade de pedir aos meus colegas que me deem a honra e a satisfação de ter como primeira assinatura da constituição dessa Frente Parlamentar a do Presidente do nosso Conselho, Deputado Inocêncio Oliveira. Seria para mim uma honra e, tenho certeza, para todos os nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero parabenizar o Deputado Newton Lima pela iniciativa de defender a empresa nacional, sobretudo quando outros países desejam constituir empresas multinacionais no Brasil. Por isso precisamos defender cada vez mais os interesses do nosso País.

Meus parabéns e minhas homenagens.

Para quem não sabe, o Deputado Newton Lima quase foi Ministro da Ciência e Tecnologia (*risos*), não só porque é um grande conhecedor do assunto, não só porque foi Reitor da Universidade de São Carlos, não só porque faz um grande trabalho na Comissão de Educação da Casa e na Comissão Especial que trata do Plano Nacional de Educação, mas também e sobretudo pelo trabalho que desenvolve neste Conselho. S.Exa. extrapolou as fronteiras e obteve essa dimensão que hoje tem. Quem sabe? Ninguém se perde no caminho da volta.



Passo a palavra à ilustre Deputada Teresa Surita, com muita satisfação.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Seria muito bem escolhido, Deputado.

É para mim uma grande satisfação (*ininteligível*) estar sendo feita durante este ano. Quero parabenizar o trabalho deste Conselho de Altos Estudos, pela importância que tem, por pautar as ações do Governo Federal em situações importantes que requerem realmente uma avaliação mais aprofundada.

Baseada neste pensamento, eu estou apresentando requerimento de inclusão do tema. E agora, Deputado, além das terras raras, peço que se incluam também os minerais estratégicos, porque o Brasil tem um potencial muito grande nessa área.

Hoje nós nos referimos às terras raras, mas é um assunto que poucos conhecem. A China detém 98% das terras raras. É praticamente um monopólio. O uso das terras raras é fundamental para equipamentos como telefone celular, *tablets*, toda a tecnologia de ponta, área em que o mundo avança muito a cada dia que passa. No Brasil temos também minérios importantes como o nióbio, mas nos faltam informações sobre o nosso potencial real em relação às terras raras. E, se não houver uma pesquisa, um estudo mais aprofundado, eu vejo como um dos pontos mais difíceis nesse processo a falta de incentivo a empresas brasileiras para que possam investir, buscar financiamentos. O Brasil só tem a ganhar com a instalação de empresas que possam ir além do que temos hoje.

Em função de tudo isso e de muito mais que ainda não tivemos oportunidade de levantar, apresentei o requerimento de inclusão deste tema *Minerais Estratégicos e Terras Raras* na pauta de trabalhos do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.

Já tive oportunidade de me reunir com vários professores, aos quais quero agradecer neste momento. E teremos uma pauta de trabalho muito interessante para este ano, caso seja aprovado o requerimento. Vamos poder, sem dúvida nenhuma, mostrar mais um grande trabalho através deste Conselho e, mais do que isso, melhorar a pauta da produção industrial, no que diz respeito a este assunto.

Então, é realmente necessária a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)



Quero saudar os colegas Ariosto Holanda e Cesar Colnago, que nos honram mais uma vez com a sua brilhante presença.

Eu gostaria de dizer que este tema que a Deputada Teresa Surita hoje apresenta para inclusão na pauta dos nossos trabalhos gera uma satisfação muito grande para o Conselho, sobretudo porque se trata de um tema atual. Esses minerais estratégicos são fundamentais para que o Brasil possa ocupar o seu lugar no cenário das nações. Da mesma forma, as terras raras. Sem sombra de dúvida, importantíssimas para a produção, no futuro, de computadores, peças para aviões, entre outros produtos.

Por isso é que o seu preço hoje no mercado externo é caríssimo. A China foi comprando de todo o mundo e hoje detém o monopólio — tem 97% dos chamados minerais de terras raras. E passou a cobrar um preço dez vezes maior do que cobrava anteriormente. Restringiu até mesmo a venda desse produto — estabeleceu certa limitação para a venda. Então, nós precisamos urgentemente explorar as nossas terras raras, para dispormos de mais de uma fonte importantíssima de geração de renda. É disso que precisamos.

E nada mais apropriado do que entregar a Relatoria à Deputada Teresa Surita. Além de grande Parlamentar, é uma pessoa de extraordinária competência. Foi uma grande Prefeita de Boa Vista por três mandatos e tem uma visão administrativa muito boa. Além disso, o seu Estado tem grandes reservas minerais.

Então, Deputada Teresa, só este trabalho que V.Exa. vai fazer já justifica o seu mandato. Não tenha dúvida nenhuma disso. O Brasil precisa de motivação, e a motivação é feita por este Conselho. Dessa forma, o Governo e suas autoridades tomam conhecimento do que o Brasil dispõe e de que os estudos nessa área já estão avançados.

Outro dia nós patrocinamos a presença de vários integrantes deste Conselho no Rio de Janeiro, onde houve um seminário sobre terras raras. Então, Deputada Teresa Surita, quero lhe dizer que V.Exa. terá a cobertura total deste Conselho, para que este trabalho saia à altura do seu conhecimento, da sua capacidade de trabalho, da sua capacidade administrativa e sobretudo da grande assessoria que nós temos na Consultoria Legislativa. Por isso, receba de todos nós o estímulo e tenha a



certeza absoluta de que vamos sair daqui com um grande trabalho e mais uma contribuição valiosa.

Muito obrigado.

Em votação o requerimento.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Passamos ao segundo item da pauta: Apresentação do tema *Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas*.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Ariosto Holanda, que contou com a assessoria dos consultores Bernardo Felipe Estellita Lins e Maria Aparecida Andrés Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e todos os companheiros do Conselho de Altos Estudos.

Parabenizo a Deputada Teresa Surita pela feliz iniciativa. Eu acho que esse é um dos projetos mais importantes de que este Conselho irá tratar, ou seja, sobre terras raras e minerais estratégicos.

Sr. Presidente, o nosso projeto, aquele que trata da assistência tecnológica às pequenas e microempresas, está na sua fase final. E foi coroado com um seminário sobre extensão tecnológica, que nós promovemos e que contou com a participação de um dos membros do Conselho, o nosso Deputado Newton Lima. Presentes nesse seminário estiveram também o Presidente do CNPq, o Presidente do SEBRAE, o Presidente da FINEP, o Presidente dos Institutos Federais, o Coordenador do Fórum de Extensão e, presidindo todos os trabalhos, o nosso Ministro Aloizio Mercadante, na época Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O que nos motivou, Sr. Presidente, a realizar este estudo foi um dado que o IPEA levantou sobre a mortalidade das pequenas e microempresas. Porque muita gente pensa que a pequena e a microempresa sobrevivem só com gestão — o que o SEBRAE está fazendo muito bem; com financiamento — nesse caso, os bancos de desenvolvimento oferecem recursos para pequenas e microempresas; e com mercado. Mas hoje o que define a sobrevivência e a competitividade de pequenas e microempresas é a inovação. E inovação só se dá com assistência tecnológica. E as



pequenas e microempresas estão hoje distantes de quem tem o conhecimento. Quem tem o conhecimento? São as universidades, são os institutos de tecnologia.

Então, esse nosso estudo aponta para este caminho: encontrar as propostas para garantir a assistência tecnológica às pequenas e microempresas. É aquela assistência que garante o controle de qualidade, a metodologia, a propriedade industrial, que leva à inovação. No mercado competitivo em que nós estamos, a pequena e a microempresa que não inovarem fecham. E o IPEA aponta que a mortalidade no segmento é muito grande porque não consegue inovar e não consegue competir. A nossa proposta vai nessa direção de criar no País um grande programa de assistência tecnológica às pequenas e microempresas.

Hoje, os Institutos Federais, junto com as universidades federais, estão presentes em quase 700 Municípios. Se em volta de cada Município instalarmos um Centro Vocacional Tecnológico, junto com o Sistema SEBRAE, nós estaremos invadindo todo esse território e estaremos presentes em 2.500 Municípios. Isso vai ser uma revolução no País em termos de extensão tecnológica, porque nos remete também à questão da assistência que as universidades podem dar e da transfêrencia dos conhecimentos que hoje estão nas prateleiras.

Este nosso trabalho deve estar concluído, se não me engano, em março. Acho que o nosso trabalho, Paulo, já está concluído e está na fase final de edição.

Queríamos apenas submeter a V.Exa. a proposta de fazermos um grande encontro de lançamento desse estudo que trata da assistência tecnológica às micro e pequenas empresas. Estou conversando com a Assessoria no sentido de que venhamos a fazer esse lançamento no Auditório Nereu Ramos. E vamos convidar todos os 400 Centros Tecnológicos, as pró-reitorias de extensão das universidades, o Sistema SEBRAE.

Eu acho que daqui vai sair um grande estudo e uma grande proposta para a nossa Presidente Dilma Rousseff. Com isso, o Conselho marca mais uma ação importante, dentre tantas outras que já pautou. Estamos, junto com o Poder Executivo, apontando os caminhos para o desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado, ilustre Deputado Ariosto Holanda. Para mim não são surpresa as propostas de V.Exa. nesse trabalho. Vamos fazer de tudo para promover o lançamento no Auditório



Nereu Ramos, para convidar as autoridades do País a tomarem conhecimento da importância da inovação tecnológica e de um programa de assistência tecnológica.

É importante — e até pediria aos colegas; também vou fazer esse trabalho junto ao Plenário — que incluamos no nosso Orçamento previsão de dinheiro para os Centros Vocacionais Tecnológicos. É uma verba pequena, mas que tem uma repercussão muito positiva no Município. Com 3 milhões, por exemplo, podemos fazer dez Centros Vocacionais Tecnológicos, na área específica de cada Município. Já ajudei na instalação de um Centro Vocacional Tecnológica para produção de aguardente numa região que tinha pouca produção de cana, onde não dava para fazer outra coisa; ajudei na instalação de outro específico para alambiques e de outro específico para produção de leite, numa área de pecuária leiteira. Houve uma repercussão muito positiva, com o aproveitamento de toda a cadeia produtiva. Foi uma repercussão enorme. Podemos fazer isso para ajudar determinado Município, de acordo com a sua vocação. Então, isso é muito importante, nobre Deputado Ariosto Holanda.

Eu acho que o Brasil ainda tem muito poucos Institutos Federais. São 700. Mas são 5.653 os Municípios brasileiros. Eu acho que o Brasil deve explorar mais essa capacidade.

Parabenizo V.Exa. Vamos dar o destaque devido a isso. Sabe-se que as pequenas e as microempresas são as maiores geradoras de emprego do País. As maiores geradoras de empregos não são as grandes empresas. Estas, pelas máquinas modernas que têm, pela informatização, pela automatização, estão cada vez empregando menos.

Lembro-me daquele tempo em que, quando se estabelecia uma empresa de automóveis no Brasil, falava-se em 20 mil empregos. Lembro-me de ter ouvido o Presidente da Ford brasileira dizer, quando se instalou na Bahia, que tinha instalado a mais moderna empresa automobilística do mundo e tinha apenas 500 funcionários. Ele estava orgulhoso disso, porque estabeleceu a mais moderna empresa do mundo com 500 funcionários.

Quando a Volkswagen se instalou no Brasil, falava-se em 28 mil funcionários; quando a Fiat se estabeleceu em Betim, falava-se em vinte e tantos mil funcionários; e assim por diante.



Então, nós precisamos cada vez mais avançar nesse campo tecnológico, porque vamos ganhar. Não pela quantidade, mas sobretudo pela qualidade, pela formação da mão de obra, pela formação tecnológica da nossa população. Como diz o Deputado Ariosto — e muitas vezes o ouvi repetir isto aqui —, muito pior do que o analfabetismo educacional é o analfabetismo tecnológico, sobretudo neste mundo moderno em que nós vivemos.

Passo a palavra agora ao ilustre Deputado Newton Lima, para falar sobre inovação tecnológica.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, permita-me uma intervenção.

Eu me esqueci de fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que solicite aos meios de comunicação da Casa — rádio, jornal, televisão — que pautem as ações do nosso Conselho. Digo isso porque recebi, recentemente, uma publicação da Câmara sobre adequações estratégicas importantes e não li uma linha sobre o Conselho. Então, como eu considero que o Conselho tem trabalhos relevantes — ao todo, eu acho que nós já temos mais de 15 trabalhos, todos eles relevantes —, a minha proposta é de que sejam pautados. Por exemplo: a televisão poderia reservar um dia da semana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - E vai ter. Vou falar hoje ainda sobre isso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - ... para tratar dos assuntos do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quando sair daqui, hoje ainda, vou falar sobre isso.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - É preciso, porque os trabalhos do Conselho são relevantes, significativos, e é importante que sejam divulgados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - No segundo semestre do ano passado, Paulo Motta entrou em contato com a *TV Câmara*, que fazia uma apresentação. Quando saíamos daqui, ouvíamos as pessoas sobre determinado tema.

Hoje eu vou entrar em contato com a *TV Câmara*, falar da nossa exigência de que uma pessoa passe por aqui para televisionar os trabalhos do Conselho. É muito



importante que isso aconteça. E vou pedir também ao *Jornal da Câmara* que nos dê um destaque muito grande.

Paulo, faça um resumo do que foi feito hoje e mande para o *Jornal da Câmara*, a quem vou pedir que divulgue o nosso trabalho. Isso é muito importante. Sem sombra de dúvida, trata-se do órgão mais importante da Casa, porque é aquele em que discutimos os problemas em comum, numa mesa só. Numa Comissão, há dezenas de Parlamentares — 30 ou 40 —, e muitas vezes não é possível aprofundar a discussão dos assuntos. Aqui, não. Nós aprofundamos os assuntos e temos uma consultoria da mais alta qualidade para nos orientar e encaminhar. Eu acredito que os trabalhos deste Conselho deveriam ter muito maior destaque do que têm atualmente.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Era a proposta que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Eu conversei com o jornalista Tarcísio Holanda, que faz o Programa *Brasil em Debate*, sobre essa proposta de ser reservado um dia na semana somente para debate dos trabalhos do Conselho. Eu acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Ótimo.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Se V.Exa. puder agilizar isso, ou seja, que no Programa *Brasil em Debate*, uma vez na semana, alguém do Conselho, um Relator, aprofunde os temas. Lembro os projetos do pré-sal, do biodiesel e outros projetos que fizemos. Então, acho que é da mais alta importância esta proposta de que os meios de comunicação da Casa pautem os trabalhos do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu vou falar com Sueli, para que uma vez na semana alguém venha registrar os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao ilustre Deputado Newton Lima, que vai falar sobre o estágio em que se encontram a inovação tecnológica, a propriedade intelectual e a Lei de Patentes.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez saudando todos os colegas, quero passar às mãos de V.Exa., Deputado, uma cópia do relatório, do balanço das atividades, para que acompanhe a minha exposição.



O ano de 2011 foi um ano repleto de atividades. E este tema é da maior relevância para o País. Certamente, é um dos gargalos a serem vencidos para o Brasil dar o salto tecnológico de inovação que estamos querendo.

Passo a relatar o estágio em que nos encontramos. Primeiro, foi realizado no dia 17 de agosto de 2011, sob a presidência de V.Exa., o *Seminário Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*. Trouxemos representantes do Governo, de três Ministérios — das Relações Exteriores, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior —, empresários e academia. Foi o pontapé inicial, o ponto de partida do nosso trabalho.

A partir dessa primeira auscultação, junto com os consultores Maurício, Fábio e César, sob a coordenação de Luiz Henrique e também contando com o auxílio de Paulo Motta — aliás, toda essa equipe tem sido exemplar na condução do trabalho junto comigo —, definimos dez questões que precisariam ser aprofundadas, a saber:

1) Por que a indústria nacional demonstra pouco interesse no depósito de patentes?

2) Como melhorar a infraestrutura e a cultura da propriedade intelectual no País, com base num regime pragmático de propriedade intelectual, compatível com nossos interesses atuais, conforme proposto pelo IV Congresso de Inovação da Indústria, promovido pela Confederação Nacional da Indústria em agosto do ano passado?

3) A ampliação do quadro de servidores do INPI seria suficiente para reduzir o tempo de tramitação de processos para a concessão de patentes?

4) Que mecanismos poderiam ser criados para estimular a indústria nacional a aproveitar o conhecimento científico gerado nas universidades e nos centros de pesquisa e desenvolvimento? Essa questão é para todos os convidados responderem.

5) O critério de avaliação para a promoção dos docentes de ensino superior e dos pesquisadores, ao privilegiar a publicação de artigos científicos, desestimula-os ao registro de patentes?

6) O que seria necessário para proteger a produção de conhecimento (ativos científicos), atualmente apropriada livremente pelo mercado?



7) O que fazer para proteger invenções resultantes da biodiversidade da flora e da fauna?

8) A atual legislação que trata de patentes atende aos interesses da indústria nacional? A inserção da *pipeline* foi uma medida acertada no que diz respeito às indústrias de capital nacional?

9) A exemplo do Japão, da Coreia, da China ou dos Estados Unidos, que facilitam a concessão de patentes, o Brasil deve manter os atuais mecanismos de análise ou flexibilizá-los?

10) A recente decisão dos Estados Unidos, de conferir o direito à patente para o primeiro requerente e não mais ao produtor, impõe alterações de procedimentos de registro no Brasil?

Essas dez perguntas foram submetidas à elevada apreciação de pessoas ligadas ao tema, sob quatro olhares: do setor produtivo; dos produtores de pesquisa e desenvolvimento — acadêmicos e professores de universidades; institucional, dos órgãos que de alguma maneira financiam a pesquisa e a inovação tecnológica no Brasil, incluindo o INPI, a FINEP e o BNDES. Esse debate foi feito no Rio de Janeiro. O primeiro foi feito em Brasília e o segundo, em Campinas. E, por último, para debater o olhar sobre a legislação, fomos à USP, ao Largo São Francisco. Esse evento foi coordenado por professor titular daquela instituição. Fizemos um belíssimo debate também sobre a legislação de patentes e sobre seus 15 anos de vigência. E perguntamos: ela está superada para o desenvolvimento tecnológico? É essa a questão a ser respondida.

Então, Sr. Presidente e colegas, a partir disso, nós tomamos ainda a decisão de fazer algumas entrevistas e visitas que pudessem enriquecer a discussão que brotara dos quatro olhares acima citados. E, como desdobramento do nosso trabalho, tivemos a satisfação de saber que o CGEE, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, que desenvolve programas estratégicos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por intermédio do seu Presidente, Mariano Laplane, criou um grupo de trabalho já inspirado na nossa (*ininteligível*). Participou como palestrante de uma das Mesas e saiu de lá com a convicção de que o CGEE precisava se debruçar sobre o assunto. Já é um subproduto importante do nosso trabalho.



Estivemos no IPEA, órgão importante de planejamento e estudos estratégicos, e descobrimos também que há um trabalho coordenado pela pesquisadora Grabiela Zuccolotto com base nos projetos de pesquisa que têm sido realizados no IPEA sobre o tema que nos interessa. O projeto de pesquisa atual é este: *Propriedade Intelectual, Origem de Capital e Desenvolvimento Tecnológico: A Experiência Brasileira*.

E pudemos conhecer alguns dos estudos em curso, no período de 1991 a 2005, que certamente vão ter *(ininteligível)*.

Estivemos na Universidade de Brasília. Nossos consultores estiveram com pesquisadores e professores que trabalharam na FINATEC, do Departamento de Engenharia de Computação. Obtivemos também importantes depoimentos que vão ilustrar o nosso trabalho.

Além disso, Sr. Presidente e nobres colegas deste Conselho de Altos Estudos, nós pedimos a todos aqueles que tivessem interesse, das quase 40 pessoas especialistas nesse processo, que redigissem seus artigos, seus pronunciamentos, para que pudéssemos enriquecer o livro que será lançado. Estamos recolhendo essas contribuições e já fazendo uma parceria com a Consultoria da Casa, para a revisão dos artigos *(ininteligível)*.

Quanto ao *(ininteligível)*, eu solicitei aos consultores, que já estão concluindo e vão publicar, um relatório comparativo das opiniões de todos os nossos convidados sobre as dez perguntas. Vamos saber, pergunta a pergunta, o que *(ininteligível)*.

Esse relatório de alta qualidade, organizado pelos nossos consultores, vai ser submetido *(ininteligível)*. E, a partir daí, *(ininteligível)* se há necessidade de *(ininteligível)* ou se já estaríamos em condições de lavrar *(ininteligível)* que estaríamos submetendo à apreciação deste Conselho *(ininteligível)*.

Quero ainda, ao fim e ao cabo desta abertura, dizer-lhes que o Presidente do INPI *(ininteligível)* nos convidou para estarmos amanhã no Rio de Janeiro, para uma reunião muito interessante com o INPI chinês. Chineses estarão no Rio de Janeiro, numa reunião com o INPI, para discutir propriedade intelectual e mostrar porque eles flexibilizaram a legislação chinesa, de modo a estimular cada vez mais os inventores chineses a registrarem patentes.



Essa mudança de comportamento, que pode (*ininteligível*). Para tanto, Paulo Motta designou, para nos representar, o consultor Fábio Luís Mendes (*ininteligível*). Como disse, esperamos, até o final de abril, trazê-lo à consideração deste colegiado, para então, aprovado, passarmos à publicação.

Eu agradeço pela oportunidade e me coloco à disposição, Presidente Inocêncio e colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Meus parabéns, nobre Deputado Newton Lima. Foi uma exposição extraordinária, completa, detalhada.

Acho que essas dez perguntas são fundamentais. Eu queria responder a uma delas: acho que a legislação está superada, desatualizada, sobretudo porque trata de uma área em que as mudanças são tão rápidas e tão profundas. Eu poderia dizer que se corre o risco de comprar um computador, hoje, que amanhã vai estar totalmente superado — vai haver outro muito mais avançado. Agora já temos o iPad 2 e o iPad 3; o iPod já está na quarta geração, e me parece que vai ser lançada a quinta. As mudanças são profundas e muito rápidas. Por isso, precisamos cada vez mais nos atualizar.

Acho que esse estudo vai ser fundamental. Nós precisamos cada vez mais flexibilizar a nossa legislação. O Brasil é um país burocratizado por natureza. Herdamos isso dos portugueses. Foi uma herança portuguesa. Portugal nos deu muitas heranças positivas. Por exemplo: grande território — enquanto a Espanha dividiu, fracionou em várias nações, Portugal manteve um território íntegro; fez deste país uma grande nação; segundo: deu-nos uma língua igual; terceiro: miscigenação — enquanto outros se isolaram, nós nos misturamos. Hoje ninguém pode dizer que é puro. Nem você que é galego, nem Cesar Colnago. (*risos*) Todo mundo aqui é misturado (*risos*).

Portugal nos deu outra coisa: a integração com os países africanos, com os povos africanos, o que fez com que desenvolvêssemos uma culinária da melhor qualidade. Então, Portugal nos deu muitas coisas boas, mas também nos deu essa face burocrática, um gargalo que atrapalha o desenvolvimento do Brasil. Nós precisamos romper esse gargalo, não só nesse setor, mas também em vários outros setores, para que o Brasil possa realmente ocupar o seu lugar de destaque.



Vou passar a palavra ao Deputado Ariosto Holanda e, depois, ao Deputado Cesar Colnago.

Antes, quero saudar a minha colega e amiga Luciana Santos. Aqui há tanta gente que quase ocupou o cargo de Ministro! S.Exa. foi quase Ministra do Esporte. *(risos)* Depois eu vou acrescentar um termo: “Conselho de Altos Estudos, Avaliação Tecnológica e Formação de Ministros”. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente, o bloco vai se chamar “Ensaia Mas Não Sai”. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Ariosto Holanda, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Deputado Newton Lima pela iniciativa, por esse estudo que nos apresenta. E queria perguntar-lhe se, nesse seminário em que se procurou aprofundar o debate sobre a legislação de patentes e o futuro da inovação tecnológica, identificou alguma brecha na nossa legislação que trata de patentes, de acordo com o que disse o nosso Presidente, que possamos trabalhar no projeto de lei, a fim de melhorá-lo. Até porque, normalmente, os nossos trabalhos terminam com um projeto de indicação ou com um projeto de lei.

Não sei se a Consultoria Legislativa se debruçou sobre esse tema e enxergou, na legislação atual, a possibilidade de propor alguma alteração.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Posso lhe responder.

No estágio em que nós nos encontramos, a partir dos debates e das controvérsias, há dois grupos...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Deputado, eu queria fazer uma pergunta que talvez...

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Pois não. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Talvez se some. É só para ganhar tempo, porque estou com um problema de horário.

Primeiro, queria dizer que eu estou muito bem impressionado. Meus parabéns. É um tema de alta relevância, conforme disse Ariosto. Mas essas dez perguntas *(ininteligível)*, dentro dessa metodologia, elas foram feitas... E me perdoe a maré alcalina, depois do almoço. Ficamos mais lentos, segundo alguns médicos.



Dizem que antes do almoço o nosso estômago é ácido e que, após o almoço, ele é alcalino. *(risos)* Dá um sono danado. Eu preciso tomar café, mas fiz a contraindicação de tomar café por mim mesmo.

Mas é o seguinte: as perguntas foram respondidas no seminário? Ainda há condições de darmos alguma contribuição, sendo rápida? É um tema importante, e no meu Estado há muita coisa nesse sentido.

Eu agradeço.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Já começo a responder, por causa da sua pressa alcalina. Eu vou neutralizá-la com uma resposta ácida. *(Risos.)*

Trata-se do seguinte — brincadeiras à parte *(ininteligível)*, inclusive de processamento das respostas que vieram às dez perguntas. Nem todos se dedicaram a responder. Alguns responderam. Não obrigamos, evidentemente. Não ignorá-las *(ininteligível)*. Então, seria muito bem-vinda qualquer contribuição ou mesmo indicação de *(ininteligível)*, indicações de especialistas que podem ser consultados pelos grupos *(ininteligível)* sobre esse rol de questões. Elas nos ajudam a raciocinar, porque a questão é polêmica.

E aí, respondendo ao Deputado Ariosto, na verdade, o que eu pude vislumbrar, salvo melhor juízo — e certamente os trabalhos dos consultores vão nos mostrar —, é que há divergências sobretudo quanto ao tema da biodiversidade, quanto ao tema da fauna e da flora. Devemos ou não modificar a atual legislação, de modo a permitir que *(ininteligível)* portanto, permitir a defesa da propriedade intelectual. Por exemplo: dos cultivares. A EMBRAPA *(ininteligível)* tecnologia, tem os seus mecanismos de proteção, mas estamos ainda querendo avaliar se é preciso modificar a lei *(ininteligível)* por uma melhor segurança.

Há correntes diferenciadas de pensamento sobre isso, que de alguma maneira estão também dedicadas às discussões que existem sobre o tema florestal, sobre o tema da flora e da fauna. Mas nós estamos avançando nessa discussão.

Deputado Ariosto, acho até que talvez tenhamos que realizar mais um evento específico sobre os biológicos. É puro sentimento. Ainda não tenho o relatório final dos consultores, mas esse talvez seja um bom indicador.



E, na linha do que disse o Deputado Inocêncio, pergunto: será que o nosso arcabouço legal, ele próprio, é responsável pelo retardamento do processo de patenteamento?

Dou um exemplo: Paulo Motta me chamou a atenção para uma polêmica sobre butanol. Duas empresas americanas disputam, na Justiça americana, a propriedade intelectual da produção do butanol por um processo enzimático alternativo que aumenta a velocidade e o rendimento da operação.

Quem leu, quem teve contato com essa polêmica é um professor do Canadá que estudou na UNICAMP e verificou, ao ler os jornais americanos: *“Ué, mas a UNICAMP já patenteou essa questão, esse mesmo problema tecnológico, a invenção tecnológica sobre o etanol há muito tempo!”* Foram ver e, ao que tudo indica, nós vamos esclarecer inclusive com o INPI — faço questão de apresentar esse caso que o Paulo Mota nos trouxe como elemento ilustrativo, pois não é verdade que a UNICAMP entrou e também é verdade que até hoje não saiu... Então, talvez nós estejamos perdendo a primazia da patente sobre a produção de butanol por uma rota tecnológica alternativa de maior produtividade em função do tempo de retardo. E aí os americanos acabaram, uma e outra empresa, tentando disputar patente para poder comercializar.

São temas como esse que certamente nós vamos precisar trabalhar, pelo menos esses dois eu identificaria, de pronto, como questões polêmicas que vão precisar ser trabalhadas.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - O que me preocupa, Deputado, V.Exa. sabe muito bem que o Brasil hoje é o 13º lugar em publicações científicas.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - O que está acontecendo é isso que V.Exa. destacou. Por exemplo, um pesquisador da Universidade Federal do Ceará falou que publicou um trabalho dele de vários anos numa revista científica e, de repente, lá fora, copiaram e patentearam o produto.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Isso é muito comum, infelizmente.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Então, isso é preocupante. Quer dizer, nós estamos publicando, avançando nas publicações e perdendo conhecimento porque eles se apropriam das patentes.



O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Ele se apropriam (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Por isso que eu acho que seria importante essa segunda rodada para melhorar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostaria que cada um pudesse escrever um artigo — seria importante.

A Deputada Luciana Santos foi Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco. Então, acho que S.Exa. poderia escrever também um artigo. Eu vou escrever. Inclusive, vou fazer uma correlação entre o trabalho do mercado de *software* no Brasil e a inovação tecnológica, a propriedade intelectual, a Lei de Patentes.

Estudamos em profundidade o mercado de *software* no Brasil — modéstia à parte, o Conselho tem o melhor trabalho sobre mercado de *software* no Brasil — e verificamos que na cidade de Campina Grande existe um porto digital da melhor qualidade. Lá em Pernambuco existem dois portos digitais: o porto digital que estão expandindo agora e já gerou milhares de empregos e um outro, da ARCTEL. E o Prefeito do Recife está falando também em criar um novo polo digital.

Então, quando fomos à cidade de Campina Grande, o Deputado Marcondes Gadelha deu um depoimento importante. Ele foi para a Espanha e, quando chegou em Madri, a mala dele desapareceu. Então, ele ligou para o consulado brasileiro e o cônsul disse: “*Vamos dar parte na primeira delegacia*”. Quando chegou na delegacia, a pessoa disse: “*Eu vou botar um software aqui. Eu sei quem ficou com sua mala e vou dizer onde ela está. Olha, sua mala está com o passageiro tal, que levou a mala. E ele está hospedado no hotel tal.*” E disse mais: “*Esse software é da cidade de Campina Grande, Paraíba*”.

Quero contar também uma experiência da cidade de Santa Rita do Sapucaí, no interior de Minas Gerais, onde há um polo digital da melhor qualidade. Lá foi inaugurada uma escola de engenharia. Essa escola de engenharia começou a crescer e criou um polo digital da melhor qualidade, e hoje aquela é uma cidade progressista e vende *software* para o resto do Brasil.

Na cidade de Itajubá, na escola de engenharia, desenvolveu-se também um polo digital muito importante.



Quero dizer que essa foi uma experiência muito positiva, sobretudo porque nós verificamos que basta empurrar um pouco que o Brasil vai para a frente. O que falta na inovação tecnológica, (*ininteligível*) de patentes é esse empurrão. Eu acho que a desburocratização da Lei de Patentes vai fazer com que o Brasil possa deslanchar nesse setor.

Outra coisa: precisamos estimular nossos pesquisadores, nas faculdades, a publicar trabalhos. Não é possível que o Brasil, que vai passar a ser a 5ª economia do mundo, seja o 80º país em publicações científicas. O País só é grande se tiver, proporcionalmente, desenvolvimento econômico, social e, sobretudo, intelectual. Não adianta o País ser rico e a população passar fome. Não adianta o País ser rico e não ter condições intelectuais de mostrar sua grande capacidade. Por isso eu gostaria que nós estimulássemos as universidades.

Aliás, Paulo Mota e meu querido Luiz Henrique, que é o chefe de tudo isso aqui, nós poderíamos chamar os reitores das universidades para estimular esse retorno, para que o Brasil possa produzir trabalhos científicos e publicá-los. Assim o mundo tomará conhecimento da nossa capacidade intelectual, da nossa capacidade educacional e sobretudo das pesquisas que estamos fazendo. Eu acho que o mundo inteiro deveria conhecer melhor o Brasil, que, apesar de ser o País mais olhado lá de fora, ainda precisa avançar muito para que o mundo nos conheça melhor. Hoje a maior parte olha para a China.

Eu mesmo acredito, eu disse isso ao Antônio Ermírio de Moraes uma vez, quando ele veio me falar que iria (*ininteligível*) duas indústrias de cimento... Eu disse: *“Olha, isso é uma loucura. Eu não acredito que a China vá sobreviver muito tempo com esse modelo, que é o modelo de socialismo capitalizado. Nunca ouvi falar nisso! Você vai botar uma indústria e metade já é do Estado. E estão surgindo ricos a rodo todo dia. São 200, 300 ricos por dia, enquanto a maior parte da população está passando fome, miséria, e a água está secando. Na China vai faltar água. A água está acabando. O Rio Amarelo foi praticamente todo aterrado, e era o grande rio que eles tinham lá. Além do mais, o meio ambiente”*... Ele disse a mim: *“Enquanto eu passo 2 anos para receber uma licença para estabelecer uma indústria de cimento, lá eu faço o requerimento hoje e na mesma hora me dão: pode*



fazer onde você quiser. Se for dentro de um pântano, é problema meu. Eu aterro o pântano e faço, não querem saber onde é.”

O problema da compatibilização entre o desenvolvimento e o meio ambiente vai cobrar a China no futuro. Por isso, eu acho que temos de estar preparados para essa aventura da China. Hoje, se a China der um espirro, a maior parte do mundo fica resfriada. Não é possível um negócio desse, porque onde a China entra, praticamente aniquila as outras indústrias: a indústria têxtil, a indústria calçadista, qualquer indústria. A China entrou, aniquila as outras indústrias.

Nós precisamos, cada vez mais, verificar isso. O salário mínimo lá é de 20 dólares, meu Deus do céu! São 20 dólares! Não existe isso. Eu acho que nós precisamos fazer desenvolvimento com justiça social e preservando o meio ambiente, senão a natureza vai nos cobrar amanhã por tê-la degradado.

É muito importante o Brasil mostrar-se lá fora, apesar dessa grande burocracia — precisamos desburocratizar. Em vez de 2 anos, pelo menos 3 ou 4 meses. Não é possível passarem 2 anos para dar uma licença de uma indústria! É um absurdo exigir tanto documento. A desburocratização do Brasil é fundamental.

Eu acho que um dos Ministérios mais importantes criados no Brasil foi o Ministério da Desburocratização, com o Hélio Beltrão, quando rasgaram não sei quantos bilhões de documentos. Depois que ele saiu praticamente voltou tudo à estaca zero. Se esqueceram até do que havia sido feito. Chegávamos lá e dizíamos: “*Declaro que fiz isso e aquilo*”. Pronto, acabou. Hoje, se alguém disser isso, tem que ir autenticar em cartório.

Hoje, se alguém for vender um carro usado, tem que comparecer ao cartório junto com a pessoa que o comprou para autenticar na vista de... Não é possível um negócio desse! Nós precisamos desburocratizar essa coisa. Para todos os efeitos, todo mundo é honesto até prova em contrário, e não o inverso, todo mundo é desonesto até que se prove o contrário. Não é possível um negócio desse.

Nós temos que seguir uma lei natural. Não se podem criar leis, não se pode mudar a gravidade, não se podem mudar leis que estão aí, porque há muita gente que deseja mudar a lei da gravidade, sem falar do resquício daquele período...
(Risos.)



O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente, estou com um problema de horário. Vou pedir licença para sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Nós estamos falando aqui hoje pelo estômago — viu, Cesar? Nós estamos falando pelo estômago, e não pelo cérebro. *(Risos.)*

Quero passar a palavra ao Deputado Pedro Uczai, para falar sobre fontes renováveis de energia.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado. Presidente Inocêncio, meus colegas Parlamentares, é uma alegria estar aqui.

Vou, sinteticamente, apresentar o nosso relatório do trabalho que realizamos por privilégio que foi concedido a mim no ano passado, e agora já estamos na reta final. Já estamos na conclusão, e por isso apresento uma síntese. Depois vamos até tirar um encaminhamento do cronograma, quando poderemos fazer o lançamento do livro e das proposições.

Vamos lá. Não sei se todos receberam. Receberam, não é? Então, dá para se ter uma ideia.

(Segue-se exibição de imagens.)

Qual foi o objetivo deste estudo que nós construímos no ano passado, com o apoio dos senhores e das senhoras? Aprimorar a legislação brasileira, superar barreiras e criar mecanismos de incentivos que contribuam para a utilização das fontes renováveis de energia de maneira diversificada e sustentável, valorizando as potencialidades regionais, o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos. Foi com esse espírito, com esse horizonte, que nos envolvemos durante o ano.

Quais foram as atividades desenvolvidas? Os senhores lembram que o Prof. Nivalde, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, esteve aqui. Acho que sua grande contribuição, no dia 11 de maio de 2011, foi mostrar que é possível conciliar a produção de hidroeletricidade e, quando há baixa produção de hidroeletricidade, compensá-la com energia eólica e biomassa. Ele demonstrava, justamente, que as grandes hidrelétricas que estavam sendo construídas neste momento, num período do ano não teriam energia ou teriam muito pouca energia. E ele conseguiu, nas suas pesquisas, demonstrar que é possível pensar justamente não só a hidroeletricidade,



mas também energia eólica e biomassa no período em que há maior capacidade técnica para geração quando há menor capacidade técnica de hidroeletricidade.

Acho que foi uma grande contribuição, porque, até aquele momento, nós discutíamos energia renovável, custo, uma coisa ou outra, só hidroeletricidade. Ele demonstrou, na prática, que, em um período do ano, não há hidroeletricidade suficiente para atender à demanda, e veio com uma resposta não de energia fóssil, mas também de energia renovável, de energia limpa, para atender a essa demanda de baixo pico de produção em um período do ano nas várias regiões do País, que é a energia eólica e a energia biomassa no período em que há mais quantidade de vento regularmente e maior quantidade de biomassa, principalmente da cana. Então, acho que essa foi a grande contribuição desse grande pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Realizamos o Sustentar 2011, com o apoio do Conselho de Altos Estudos. Foi o quarto Sustentar que realizamos, em parceria com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Vai sair um livro também desse evento em Chapecó, que teve várias experiências de vários países do mundo.

Realizamos também o Seminário Internacional Fontes Renováveis de Energia, promovido pelo próprio Conselho de Altos Estudos, em que foram debatidas toda a política energética e as fontes renováveis de energia, os desafios para a inserção da geração descentralizada no sistema elétrico brasileiro, a pesquisa e o desenvolvimento em energias renováveis e o financiamento das fontes alternativas.

Houve alguns expositores que foram os grandes mestres no debate da energia renovável: o Sr. Altino Ventura, que foi Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Diretor do Centro de Tecnologia e Inovação da Agência Internacional de Energia Renovável, a IRENA — houve um bom debate com eles do ponto de vista mundial; o Dirk, Diretor do Programa de Energia da GIZ, Empresa de Cooperação Técnica Alemã no Brasil; o Tolmasquim, que era, naquele momento, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Energética. Foi uma das grandes conferências a mostrar que, pela primeira vez, essa empresa, junto com a ANEEL, colocou a energia solar como um horizonte possível e necessário. Foi a grande contribuição de Tolmasquim, o



Governo incorporou o debate da energia solar. Antes era custoso, era inviável. Em todo debate, em várias discussões do Governo, era inviável. Nesse seminário internacional, ficou claríssimo que o Governo está colocando, como prioridade, energia solar também como um horizonte possível. Inclusive ele sinalizava que, no Minha Casa, Minha Vida, para famílias que ganhassem até três salários mínimos, a energia térmico-solar seria um dos incentivos, para a indústria nacional se desenvolver.

Também participaram o Rui Guilherme, da Regulação da ANEEL; o Cícero, que trouxe toda aquela experiência de biomassa da Itaipu Binacional; o Adriano, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que fez uma boa exposição mostrando um pouco essa questão de tecnologia e energia, que o País pode transformar-se em uma referência mundial não só na hidroeletricidade, mas nas outras áreas, porque temos sol e temos a matéria-prima. Por exemplo, na área solar, temos o silício e temos o sol, como, na eólica, no mapa, com a nova tecnologia eólica de hoje, temos em torno de 300 *gigawatts* de potência eólica. Dos 143 do último Atlas, hoje está consolidado no cenário brasileiro o potencial de 300 *gigawatts* de potência na geração de energia eólica.

O próprio seminário mostrou grandes aerogeradores e pequenos aerogeradores com capacidade competitiva. A ENERSUL mostrou e demonstrou que um aerogerador de 12 metros pode ainda ser competitivo no Brasil em algumas regiões que têm regularidade de vento. Isso nos chamou a atenção, porque do contrário só trabalharíamos com aerogeradores de 100 metros, de 120 metros, de 5 ou 6 grandes empresas. Está-se demonstrando que dá para gerar energia elétrica a partir do vento com pequenos aerogeradores também. Eles podem não ter a mesma geração de um grande, mas são competitivos. Em vez de amortizar o investimento em 5 anos, você o amortiza em 7 ou 8 anos, mas são extremamente competitivos também os pequenos e médios aerogeradores.

E a grande novidade do seminário foi o Dr. Adriano, da PUC de Porto Alegre, em convênio com a ELETROSUL, demonstrando que dá para produzir células fotovoltaicas brasileiras, com tecnologia brasileira, Deputado Inocêncio, com tecnologia nacional, com melhor competitividade que outros centros de produção e de pesquisa do mundo.



Então, a PUC de Porto Alegre, junto com a ELETROSUL, desenvolveu essa pesquisa, que já está em possibilidade de avançar inclusive para a produção industrial. Essa é a maior experiência do Brasil, e eles demonstram isso na prática. Sairá o texto dele no livro também, mostrando e demonstrando que o Brasil pode ser o grande protagonista, inclusive tecnológico, da indústria nacional, da indústria tecnológica, tecnologia nacional não só em filme fino e outras formas de geração de energia solar.

Houve algumas frases que foram reveladoras no evento, das quais os senhores podem tomar conhecimento. Em seguida, nas publicações, os vários artigos que vão compor o livro do Conselho de Altos Estudos. São vários textos, dos quais os senhores podem também tomar conhecimento. Não vou ler literalmente, mas há frases emblemáticas desses expositores em relação à energia renovável. Acho que esse foi um momento alto.

Os artigos que temos, os vários textos que vão compor, os tópicos que serão abordados no caderno a ser publicado. Esta é uma síntese que está sendo feita aqui:

A energia no mundo.

Por que renováveis?

Toda a discussão de segurança energética, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.

Políticas para fomentar as fontes renováveis de energia. Acho que essa é uma contribuição que o Conselho pode dar, no sentido de que políticas são necessárias, fundamentais e estratégicas para fomentar as energias renováveis no Brasil.

Sobre as principais fontes de energia renovável, fizemos questão de não começar com a hidráulica, para mostrar que há outras possibilidades no horizonte.

Países em destaque no campo das fontes renováveis, até para fazer esse diálogo com outros países do mundo — nós não estamos inventando a roda.

E a questão do Brasil: as vantagens, as principais fontes, a legislação brasileira e as políticas atuais, os projetos de lei que estão em tramitação aqui na Câmara, que são mais de 50, e as proposições que vamos apresentar.



Vamos propor um projeto de lei sintetizando todo o debate do ano passado, vamos propor um projeto de lei do acúmulo aqui do Conselho e dos diferentes Parlamentares que, ao longo da trajetória parlamentar, estão contribuindo com esse debate.

Poderemos ou não sugerir uma indicação ao Executivo, que acho que está para debate no âmbito deste Conselho, porque vamos viver a Rio+20 este ano. E o ideal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, propondo essa iniciativa parlamentar, pudéssemos propor à Presidenta da República a incorporação dessa proposta do Conselho e transformá-la em medida provisória ou em projeto de lei em regime de urgência para nós, na Rio+20, compormos uma legislação brasileira que dê possibilidade...

Por exemplo, conceitualmente falando, entre outros conceitos: hoje, em várias energias renováveis, há dificuldade de se produzir energia solar. E quando se amplia a possibilidade de se utilizar a energia solar, você pode ser consumidor de energia e produtor de energia, e se você produz excedente de energia solar hoje, não pode vendê-la, só se compensar em crédito e utilizar esse crédito excedente em 12 meses. Passados os 12 meses, acabou o seu crédito.

Então, hoje a legislação tolhe a possibilidade de se colocar numa empresa painéis fotovoltaicos, e tudo o que não for usado ser vendido à rede e se receber por esse recurso excedente de energia. Hoje a legislação impede isso. Só se pode transformar em crédito, nas brechas da lei.

Queremos permitir que um brasileiro, empresário, pessoa física, que uma Prefeitura, com suas escolas — como nas várias experiências que visitei, dezenas —, no Corpo de Bombeiros, qualquer espaço possa produzir sua energia e todo excedente ser vendido na rede elétrica, que hoje tem tecnologia disponível, mas não há legislação disponível. Estou dando um exemplo concreto da energia solar em que se pode transformar não só em consumidor de energia, mas em produtor de energia.

Um parêntese: quero agradecer profundamente aos consultores Wagner e Paulo Mota. Dá orgulho participarmos do Conselho de Altos Estudos pelos consultores que temos aqui; dá gosto construir esta experiência.

Quero dizer que o pico de consumo de energia, que até há pouco tempo era pelo uso do chuveiro, no final do dia, das 17 horas às 19 horas, está mudando. A



radiografia de duas semanas atrás, salvo melhor juízo, era de 76 mil *megawatts* de consumo de energia, o pico do dia, às 14h45min — o recorde brasileiro de consumo de energia. Então, não é mais às 17, 18 ou 19 horas.

Discursava-se: “*Não, energia solar se produz de dia e se consome a luz de noite*”. Não é mais a realidade. Com a popularização do ar-condicionado e dos climatizadores, hoje, dentro de casa, em que até pouco tempo tínhamos no máximo o ar-condicionado no quarto para dormir, as pessoas de classe média e as que estão se inserindo nela estão começando a colocar o climatizador na sala e no quarto do filho, não só no quarto do casal. É uma coisa boa de um lado, mas a popularização desses equipamentos eletrônicos está mudando a radiografia do consumo de energia no Brasil.

Por isso, neste horizonte de ampliar o direito de acesso a equipamentos coletivos de consumo baseados em energia elétrica, vai-se estabelecer durante o dia um alto consumo de energia nos próximos anos no Brasil.

Portanto, se aquele discurso não se sustentava no sentido de consumir energia elétrica proveniente do sol, já começa a se desconstruir também essa realidade, que está se transformando. O vilão continua sendo o chuveiro, porque é um absurdo num País tropical se consumir tanta energia com o chuveiro, por isso a energia termosolar e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falei muito rapidamente até porque tive, nesse intervalo, um outro compromisso que não tive como adiar.

Neste ano, neste contexto das energias renováveis, na Rio+20, o Conselho de Altos Estudos poderá dar um presente para o Brasil. O contexto político é favorável.

Em 15 dias, nós passamos uma proposta preliminar para os senhores lerem a nossa proposta legislativa, riscarem e rabiscarem. Com mais 15 dias, oficializaremos a proposta. Em 10 de março, no máximo em 15 de março, entregaremos oficialmente a proposta legislativa. Como encaminhamento, não vou entregar uma proposta pronta, mas uma pré-proposta legislativa para as senhoras e os senhores tomarem conhecimento, em 15 dias. E depois mais 15 para se fazerem redações, novas sugestões, o aperfeiçoamento da proposta; no dia 10 de março, no máximo no dia 15, concluiríamos a proposta legislativa e no dia 15 de março concluiríamos



também todo o texto para ir para a gráfica, para produção e publicação desse nosso trabalho coletivo, de tantos que já contribuíram durante o ano.

Estou sintetizando a contribuição de muitas mãos e tenho a maior alegria nisso, porque aqui no Conselho de Altos Estudos a solidariedade tem sido uma prática e acabamos sintetizando o desejo de muitos Deputados e da própria sociedade civil.

Então, é essa a contribuição neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do ponto de vista desse novo marco legal e dessa nova política pública para incentivar a produção de energia limpa e renovável no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Parabenizo o ilustre Deputado Pedro Uczai pelo belíssimo trabalho. Realmente, é uma contribuição importante que mais uma vez este Conselho vai dar ao País.

Quero dizer a V.Exa. que o Estado de Pernambuco tem hoje uma empresa que produz todos os itens necessários à produção de energia eólica: geradores, torres, pás e transformadores. Essa empresa já anunciou que antes produzia torres de 50 metros e vai produzir torres de 100 metros, pois a geração será muito maior do que a que existe hoje.

Também quero parabenizá-lo pelos pequenos modelos de geração de energia eólica, porque eles são viáveis, a energia eólica ainda hoje é a mais competitiva. Nós tínhamos um entendimento muito grande sobre a geração de energia solar, era muito alto o preço, mas já estão descobrindo processos para baratear muito esse custo.

Nós tínhamos de descobrir esse modelo, porque a Europa e os países nórdicos, os países mais frios, não estudavam a geração de energia solar, sobretudo porque lá praticamente não tem sol, só em poucos meses do ano. Por isso eles nunca pesquisaram a energia solar. Então, nós temos que pesquisar e descobrir esses modelos.

Acho que é muito importante a energia solar no Brasil, sobretudo diante desse dado que constatou que o pico do gasto de energia no Brasil não é mais às 18, 19 horas, e sim às 14h45min, 15 horas. O clima está mudando, o calor está excessivo. Muitas pessoas de classe média hoje, em vez de apenas colocarem ar-condicionado nos quartos, estão instalando até geradores completos, para que possam refrigerar



todo o ambiente. Essa é uma mudança de hábito que está acontecendo no País e nós deveremos nos adaptar novamente a essa mudança.

Por isso, quero parabenizar o Deputado Pedro Uczai por mais esse belíssimo trabalho e por essa grande contribuição que dará ao País.

Tem a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Obrigado, Sr. Presidente. Naturalmente que não poderíamos encerrar esta sessão sem que eu faça, pelo menos, uma pequena manifestação.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Muito bem. Queria aproveitar a oportunidade para me congratular com o Deputado Pedro Uczai e parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo, um trabalho *(ininteligível)* o País, o mundo precisa realmente encontrar formas cada vez mais eficientes de obter fontes renováveis de energia.

Neste último recesso recebi um convite de autoridades da Espanha *(ininteligível)* infraestrutura do País e da *(ininteligível)*, que é a *(ininteligível)* Espanha.

Nesse convite eu fui também levado ao País Basco e ao Estado de Navarra, que é um dos Estados hoje que eu diria que está mais evoluído dentro da Espanha em termos de fontes renováveis. Lá visitei o CENER, que é o Centro de Estudos das Energias Renováveis, e pude acompanhar e visitar os laboratórios.

Queria, oportunamente, passar os contatos das pessoas que visitei. Eles se dispuseram também a estabelecer uma cooperação, participar conosco de seminários e palestras. Quem sabe um dia possamos trazer alguma dessas autoridades, se evoluirmos para o desdobramento de achar conveniente sua presença aqui. Eles estão trabalhando também com energia eólica, com energia fotovoltaica, com energia solar de modo geral.

Mas verificando aqui o trabalho que está realmente sendo feito e a abordagem, que acho que está da forma correta, senti a ausência de um tipo de geração de energia que tem várias iniciativas pelo País afora: a geração de energia a partir de resíduos sólidos.



O lixo hoje é um grande problema da civilização. Cada vez geramos um volume maior de lixo e cada vez mais temos dificuldade de depositarmos esse lixo. Os antigos lixões, hoje deploráveis, ainda estão pelo Brasil afora, e mesmo o aterro controlado também não deixa de ser um problema, porque continua contaminando lençóis freáticos, contaminando algo que talvez no futuro será extremamente necessário, a água, cada vez mais escassa.

Mas já se começa a gerar energia a partir desses resíduos sólidos, a partir dessa separação. E isso reduz a quantidade de resíduos do aterro a 5%. Se iríamos depositar 100 toneladas, vamos depositar apenas 5; 95 serão transformadas na geração de energia.

O processo, naturalmente, não tem a eficiência da energia hidráulica, essa que coletamos dos nossos rios. É claro que é preciso haver um tipo de estímulo, de incentivo, incentivo inclusive de redução da carga tributária sobre esse tipo de geração, para que ela possa realmente se tornar cada vez mais eficiente.

Tive a oportunidade de conversar recentemente com o Presidente de Furnas. Naturalmente, é uma geradora hidráulica, mas vi nele a preocupação, sobretudo porque os Municípios do entorno do Lago de Furnas, por exemplo, em Minas Gerais, geram um quantitativo elevado de resíduos. Ele quer aproveitar esses resíduos, até como forma de atendimento social a essas populações que estão em torno do lago, para gerar energia elétrica.

Sei que, em São Paulo, também já existem algumas iniciativas, inclusive até contratos firmados, e sei que já existe tecnologia na Europa. Já pude ver na Áustria, na Alemanha e nos Estados Unidos, tecnologia que nós estamos buscando, comprando, adquirindo. Mas acho que nós tínhamos também de nos debruçar sobre isso.

Sugeriria ao Deputado Pedro Uczai que, ao propor uma legislação para esse tema tão abrangente, inserisse também uma forma que estimule, um incentivo para esse tipo de energia gerada a partir de resíduos sólidos. Acho que esse talvez seja o ponto que eu senti faltante nessa fonte de energias renováveis.

Estou pronto para colaborar. Parabéns pelo trabalho. É um trabalho de fôlego que vem sendo muito bem conduzido. Conte conosco e vamos adiante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Parabéns. Resíduo sólido é muito importante.

Tem a palavra o Deputado Ariosto.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar o Deputado Pedro não só pela formatação do trabalho, mas pelo seu entusiasmo. O Deputado Pedro é uma pessoa que transmite entusiasmo.

Deputado Pedro, eu me arriscaria a dizer que V.Exa. escreveria esse trabalho sozinho, independentemente dos seminários promovidos. Foi muito útil, porque o Deputado Pedro já no brindou com livros seus em cima do trabalho que ele vinha fazendo em Santa Catarina — não é isso, Pedro? É um estudioso do assunto e, com certeza, esse trabalho do Conselho vai marcar uma presença muito grande aqui.

Quero parabenizá-lo pelo conteúdo. Concordo com a observação do Deputado Jaime. Se não me engano, acho que a COPPE ou a COPPETEC tem uma iniciativa nesse sentido. Pegou o lixão do Rio — não é isso, Paulo? Não sei se isso foi a partir do biogás, de biodigestores.

Mas entendi que o foco seria energia mais para consumo, vamos dizer... Não entra na questão de energia voltada para o transporte, porque aí haveria outras alternativas, como a própria célula do combustível, as baterias solares. Mas me parece que V.Exa. se concentrou mais na questão da energia voltada para o consumo residencial e industrial.

Mas tenho duas observações a fazer. Quantos projetos de lei V.Exa. disse que estão tramitando?

(Intervenção ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Cinquenta e cinco. Eu pergunto, já que a consultoria está trabalhando num projeto de lei, mudar para... Anexar é muito, não é? Mas acho que daí poderia sair... Não sei, é um trabalho da Consultoria Legislativa de consolidação, porque, de repente, se apresenta um projeto importante e está tramitando outro que está lá na frente. Acho que esse trabalho da Consultoria Legislativa é da mais alta importância na consolidação desse projeto de lei.

Indicação executiva. V.Exa. está fazendo que tipo de... É mais no sentido de criar uma política? Porque naquele projeto do biodiesel nós fizemos uma indicação de se criar uma Secretaria Nacional de Energias Renováveis, porque eles sentem



essa falta da política. Não sei se a indicação poderia ir neste sentido de criar uma secretaria específica para a energia renovável.

E tenho uma curiosidade com relação à energia geotermal. Quem tem experiência aqui, Deputado Pedro? No Brasil já existe alguma experiência? Sei que maré-motriz a COPPE já tem, já vão fazer. Mas esta geotermal não sei se alguém já está fazendo isso.

Parabéns, Deputado Pedro. Vá em frente.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Há algumas pontes desse estudo de provocação para incentivar o Brasil a se envolver mais em tecnologia e mais em pesquisa, como a geotermal, como em outras áreas.

Em segundo lugar — vou de traz para frente para responder aos questionamentos; com muita alegria, ouço dos senhores essas sugestões —, em relação à indicação ao Poder Executivo, tanto na área de políticas públicas, que vamos colhendo ao longo do ano, dos seminários, como também a possibilidade de indicar que essa proposta legislativa seja incorporada pelo Executivo e transformada ou em projeto de lei ou em medida provisória, para vivermos o momento da Rio+20 já com mudança legislativa. Nós aproveitaríamos. É um ano eleitoral municipal. Até junho, para a Rio+20, teríamos que ver essa proposição aprovada aqui no Congresso Nacional.

Então, a indicação é tanto para sugerir uma secretaria, outros departamentos, outras relações de política pública exclusiva que não precisam de legislação, como a própria legislação, que se possa não só o Conselho tramitar internamente, mas sugerir à Presidenta da República que incorpore esse estudo do Conselho e o transforme em medida provisória ou em projeto de lei em regime de urgência.

Então, são nas duas direções que estamos pensando a indicação ao Poder Executivo, para transformar em política pública com rapidez, com eficiência.

Em terceiro lugar, em relação a temas ausentes nesse estudo, sempre há um risco ou de abarcar tudo e, às vezes, fazer na superficialidade e não dar conta de um ano de trabalho, ou eleger alguns temas onde se vai contribuir com uma nova legislação, contribuir com a política pública, deixando em aberto outros temas ausentes ou temas com pouca profundidade.



Quanto à questão dos resíduos sólidos estamos debatendo mais sobre a biomassa, biomassa que hoje está sendo uma alternativa muito grande; de dejetos também, no espaço rural já existem boas experiências. Inclusive, a experiência que o Cícero transformou em artigo, e nesse artigo sugeriu, inclusive, uma proposta legislativa na área da biomassa e de resíduo.

Quando V.Exa. diz da usina de Furnas, todas as grandes hidrelétricas estão vivenciando esse problema. A Itaipu não está sendo só generosa com os agricultores da região, está gerando energia elétrica dos dejetos, dos resíduos etc., mas porque também dá mais vida útil para a própria hidrelétrica. Há um casamento aí.

Acho que sobre os resíduos sólidos vamos fazer alguma coisa muito rápida. Existem algumas experiências acumuladas nesse debate da biomassa. Concordo com V.Exa. que hoje já há o próprio conceito de rejeito e resíduo. Rejeito é o que não tem o que fazer, mas 90%, 95% da Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja legislação já está em vigor, trabalha esses conceitos. E trabalhando esses conceitos, diferencia esse uso. E o uso que acho que poderíamos contribuir — e quero agradecer-lhe — é transformando resíduo em energia. Acho que essa é a perspectiva na qual tenho convicção.

Quero ver se é possível no dia 7... Nós criamos uma Fundação Científica e Tecnológica, Sr. Presidente, com várias universidades federais, universidades comunitárias, com empresários, inclusive, da nossa região, e estamos fazendo parceria com uma prefeitura em Portugal, que tem parceria com as empresas espanholas. Essas empresas espanholas a que V.Exa. se refere têm parceria com Portugal. Montaram não só duas fábricas fotovoltaicas, com duas tecnologias diferenciadas, como a Prefeitura montou junto com essas empresas privadas uma central fotovoltaica de 50 *megawatts* e ao mesmo tempo um laboratório que certifica, criando uma empresa municipal. Essa empresa municipal certifica os painéis fotovoltaicos.

Queremos trazer esse laboratório para o Brasil. Eles estão com disposição. No dia 7 estão vindo ao Brasil junto com os reitores de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e Paraná...



O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Permita-me, Deputado. Visitei na Espanha exatamente... Um dos diretores que nos recebeu era português, mora, inclusive, em Lisboa. E visitei exatamente o laboratório de certificação. Verifiquei a certificação de painéis fotovoltaicos, certificação de painéis solares etc.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ótimo. Acho que no dia 7 eles têm uma audiência com o Ministro da Ciência e Tecnologia aqui. Eles têm disposição para vir fazer uma pequena exposição no Conselho sobre essas parcerias. Eles vão transferir o laboratório, essa tecnologia, para o Brasil. Acho que esse é o nosso grande desejo. No dia 7 de março eles estariam à disposição para fazer uma exposição aqui.

Acho que toda essa discussão de célula, toda a discussão do etanol, energia, biodiesel, biocombustível... Respeitei o acúmulo que foi feito aqui no âmbito deste Conselho por parte do biodiesel e biocombustível. Então, não entramos nessa contribuição. Inclusive, tenho uma publicação sobre biocombustível, mas não entramos nesse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Fazer a citação só dessas contas. Fazer uma citação, já que não entrou no debate.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Acho que quanto às pequenas gerações e poder público, não sei se nesse projeto de lei, mas numa discussão maior, teríamos que incentivar, de forma legislativa, que os Municípios, em consórcios com mais Municípios, tratem não só os resíduos sólidos, mas constituam companhias regionais de energia. Não há melhor futuro do que a produção local de energia. Pega-se a energia de iluminação pública. Aos poucos, as regiões e os Municípios têm que se tornar autossustentáveis. Pode possibilitar uma economia muito grande aos Municípios a montagem de companhias regionais e municipais de energia. Resíduo sólido gera energia; dejetos gera energia; energia solar gera energia; regiões que têm vento geram energia. Então, dá para fazer uma perspectiva também entre o geral, o sistema interligado nacionalmente, com o desenvolvimento local e regional de produção de energia renovável.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - No caso dos resíduos sólidos, a experiência que tenho observado é que essa necessidade de consorciação, seja através de empresa ou consórcio de Município com a iniciativa privada, faz-se



também necessária para ganho de escala. Não se pode transportar naturalmente a grandes distâncias, mas Municípios que estejam limítrofes...

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Conurbados.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - ... conurbados, devem aproveitar essa experiência, porque senão se vai limitar isso a cidades acima de 300, 500 mil habitantes. Na verdade, quando se propicia a consorciação, forma 300 mil habitantes com quatro, cinco, seis Municípios. Amplia-se muito o espectro, a possibilidade.

Mas precisamos desburocratizar. Os jornais de ontem diziam que o Brasil é o quinto país onde se gasta mais tempo para se abrir uma empresa. Quer dizer, a velha burocracia. Então, acho que nessas proposições legislativas quem sabe pudéssemos abordar uma forma de facilitar, inclusive, os Municípios a se agregarem, a se consorciarem ou formarem empresas públicas ou em parceria com a iniciativa privada, para fazer esse aproveitamento energético de diversas formas, inclusive resíduos sólidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu aceito, de bom grado, o estabelecimento do prêmio do Conselho de Altos Estudos de Avaliação Tecnológica. Nós vamos mandar fazer a formulação desse projeto, dessa resolução da Mesa, do nosso trabalho, a fim de que possamos votar, dando um diploma e uma medalha àqueles que deram uma contribuição importante ao nosso Conselho.

Aviso que no dia 7 de março, em reunião do Conselho, aqui virão quatro especialistas portugueses. Então, vamos ter a oportunidade de debater mais em profundidade esse assunto.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes agradecendo a participação a todos e dizendo que, mais uma vez, saio daqui fortalecido, porque eu aprendo muito neste Conselho, e hoje tive lições importantes.

Muito obrigado a todos e um abraço.

Está encerrada a reunião.